



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Mapeamento das pesquisas sobre o mercado de trabalho do serviço social brasileiro: características e contradições

Mapping of research on the brazilian social service labor market: characteristics and contradictions

Carlos Antonio de Souza Moraes¹

orcid.org/0000-0002-1070-3186
as.carlosmoraes@gmail.com

Luam França de Azevedo¹

orcid.org/0009-0004-2528-5636
luamfa@id.uff.br

Láisa Cunha da Silva¹

orcid.org/0009-0006-9926-762X
laisacunha@id.uff.br

Recebido em: 6 set. 2022.

Aprovado em: 14 mar. 2023.

Publicado em: 03 jul. 2023.

Resumo: A proposta deste artigo consiste em apresentar resultados parciais de pesquisa sobre o mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil. A pesquisa objetiva mapear e analisar a produção bibliográfica relativa ao tema, tendo como recorte temporal os anos de 2000 a 2019. Para tanto, recorre à metodologia estado da arte e à técnica de análise de conteúdo temática ou categorial das produções. Os resultados apontam a prevalência de pesquisas desenvolvidas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste do país, pelos Programas de Pós-Graduação da área, com destaque para a PUCSP, no Sudeste; a PUC-RS no Sul; e a UFRN e UFPB, no Nordeste; sendo que 81,2% das produções foram publicadas a partir de 2010. Além disso, a concentração das pesquisas, nessas regiões, não tem garantido a predominância de análises agregadas entre elas, ainda assim é possível identificar duas dimensões centrais e interligadas na análise do mercado de trabalho do Serviço Social: a) sua determinação estrutural, vinculada à sociedade do capital e configurada por transformações sócio-políticas e histórico-conjunturais; e b) suas manifestações objetivas, por meio das áreas de atuação, dos tipos de contrato, do vínculo de trabalho, do salário, da carga horária de trabalho e dos índices de desemprego, dentre outros.

Palavras-chave: mercado de trabalho do Serviço Social; características do mercado de trabalho profissional; pesquisas sobre o mercado de trabalho profissional.

Abstract: The purpose of this article is to present preliminary results of Brazil's Social Work labor market research. The research aims to map and analyze the bibliographic productions related to the theme, having as temporal cut the years from 2000 to 2019. For this purpose, we use *state-of-art* methodology and thematic or categorical content analysis technique. The results point towards the prevalence of researches developed in Southeast, South and Northeast regions of the country by Postgraduate programs in the area, with emphasis on PUCSP, in Southeast; PUC-RS, in South; UFRN and UFPB, in Northeast; albeit 81.2% of the productions were published from 2010 onward. Furthermore, the concentration of research in these regions has not ensured the predominance of aggregated analysis between them. Nonetheless, it is possible to identify two central and interconnected dimensions in the analysis of Social Work labor market: a) its structural determination, associated to the capitalist society and configured by sociopolitical and historical-contextual transformations; and b) its objectives expressions, through fields of action, type of contract, employment relationship(s), salary, working load, unemployment rates, among other things.

Keywords: Social Work labor market; characteristics of the professional labor market; research on the professional labor market.

Introdução

A origem desta proposta se vincula a estudos regionais desenvolvidos por pesquisadores(as) brasileiros(as) e argentinos(as) a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social. No caso brasileiro, entre 2017



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

e 2019, realizou-se pesquisa nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, com 200 assistentes sociais, a fim de construir análises relativas ao perfil profissional e ao perfil de seu mercado de trabalho.² No contexto argentino, os estudos, embora iniciados em 2011, foram expandidos em 2017, ao problematizar o mercado de trabalho na Província de Buenos Aires, contando com a participação de 1.110 profissionais que atuavam em 1.383 instituições.

A socialização dos resultados dessas pesquisas em eventos científicos internacionais³ permitiu o diálogo e a articulação dos(as) pesquisado-res(as), além da identificação de similaridades no comportamento do mercado de trabalho do Serviço Social nesses países, inicialmente observadas em relação aos tipos de contrato, ao aviltamento dos salários, à insegurança do vínculo e à precarização ética e técnica do trabalho, demandando aprofundar investigações vinculadas às suas peculiaridades nacionais e aos seus determinantes estruturais e conjunturais, além do reconhecimento das particularidades latino-americanas.

Além disso, as investigações iniciais sinalizaram para produções rarefeitas e aparentemente, dispersas a respeito do mercado de trabalho de assistentes sociais brasileiros(as), demandando o seu mapeamento, a sua análise e a sua comparação com as produções argentinas.

Para o enfrentamento desses desafios, foram realizadas reuniões de pesquisa e estabelecido o Acordo de Cooperação Acadêmica entre a Universidade Federal Fluminense, no Brasil, e a Universidad Nacional de Mar Del Plata, na Argentina. O Acordo expressa os compromissos assumidos por pesquisadores(as) da área de Serviço Social, para o desenvolvimento da pesquisa relativa ao

mercado de trabalho profissional.⁴

Na condição de bases de sustentação teórico-metodológica do projeto, a equipe de pesquisa parte do reconhecimento do Serviço Social como profissão assalariada, inscrita na divisão social, sexual e técnica do trabalho, e do(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a), membro da classe trabalhadora e, portanto, sujeito aos novos processos de flexibilização e de precarização do trabalho e aos constrangimentos deles decorrentes. Admite que o mercado de trabalho de assistentes sociais sofre os impactos dessas transformações do mundo do trabalho e das relações sociais provenientes do modelo de reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal que incide sobre a particularidade latino-americana, em um contexto de crise estrutural do capital.

Para o desenvolvimento da proposta, recorreremos a procedimentos cujos tratamentos têm privilegiado aporte qualitativo e quantitativo a partir de pesquisa de tipo exploratória, pautada em estudo de caráter bibliográfico, por meio da modalidade estado da arte e da técnica de análise de conteúdo temática ou categorial, com auxílio do *software* de pesquisa *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Iramuteq®).

O recurso da pesquisa estado da arte possibilita quantificar e analisar o conteúdo dos trabalhos por região de cada país, por período e autores, permitindo apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros.

A análise de conteúdo tem sido desenvolvida a partir das contribuições de Bardin (2011), baseando-se nos três critérios de organização de uma análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

² A pesquisa intitulada *Política Social brasileira e mercado de trabalho do Serviço Social no Norte e Noroeste Fluminense* foi contemplada com auxílio financeiro, por meio de edital do Programa de Fomento à Pesquisa (Fopesq), da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi), da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2017 e, durante este período, esteve vinculada ao projeto guarda-chuva intitulado *Mercado de trabalho e espaços sociocupacionais do Serviço Social nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense*.

³ XXII Seminario Latinoamericano y del Caribe de escuelas de trabajo social, realizado em 2018, na cidade de Bogotá, Colômbia; IV Encuentro Latinoamericano de profesionales, docentes y estudiantes de Trabajo Social y V Congreso Nacional de Trabajo Social, realizado em 2019, na cidade de Tandil, Argentina.

⁴ A proposta de pesquisa foi contemplada com auxílio financeiro, por meio de Edital do Programa de Fomento à Pesquisa (Fopesq), da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi), da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2022 e também, foi aprovada em Edital publicado pelo CNPq, n.º 09/2022, Bolsas de Produtividade em Pesquisa, na categoria 2. Além disso, conta com uma equipe constituída por bolsistas de iniciação científica CNPq e Faperj, discente do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (UFF) e docentes da UFF/Departamento de Serviço Social de Campos.

Para a *etapa de pré-análise*, os(as) pesquisadores(as) recorreram às revistas acadêmico-científicas referenciadas em cada país, a teses de doutorado, a dissertações de mestrado e aos anais dos principais eventos nacionais da área de Serviço Social, tendo, como marco temporal, o período de 2000 a 2019.

Em relação ao contexto brasileiro, optou-se por recorrer aos periódicos classificados pelo *Qualis Capes* (2013-2016) na área de Serviço Social, entre A1 e B2. As teses de doutorado e as dissertações de mestrado foram consultadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, considerando os seguintes filtros: ano (2000 a 2019), grande área do conhecimento (Ciências Sociais Aplicadas) e área do conhecimento (Serviço Social). Já em relação aos anais de eventos nacionais, recorreremos ao Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), disponibilizados em sua página oficial (edições de 2016 e 2019), em formato virtual.⁵

Para a pesquisa nessas bases de dados, trabalhamos com as seguintes chaves de busca: Serviço Social e Mercado de Trabalho Profissional, Mercado de Trabalho do(a) Assistente Social, Serviço Social e Trabalho Profissional, Trabalho Profissional do(a) Assistente Social, Exercício Profissional do(a) Assistente Social.

Nesses processos, os títulos dos trabalhos foram os primeiros indicativos para os identificar quanto ao seu conteúdo. Além disso, os(as) pesquisadores(as) verificaram os resumos, as palavras-chaves, os sumários e outras informações contidas na obra, para identificá-la como objeto de pesquisa e como conteúdo a ser analisado na segunda fase da metodologia.

Mesmo nessas condições, obtivemos trabalhos pré-selecionados, com ressalvas. Nesses casos, reuniu-se a equipe de pesquisa, por meio de núcleos de estudos, para leitura integral do

trabalho, considerando os seguintes critérios de seleção: tema central; subtemas; e se o trabalho aborda as expressões do mercado de trabalho profissional, tais como: área de atuação, tipo de contrato, carga horária de trabalho, salário, índice de desemprego, dentre outros.

Tais critérios proporcionaram a seleção de 23 artigos de periódicos, sete artigos publicados nos anais do CBAS, 21 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado, atingindo o quantitativo parcial de 64 produções.

A segunda fase, de *exploração do material*, foi composta pela análise das pesquisas. Para essa etapa, recorreremos à técnica de análise de conteúdo temática ou categorial, visto possibilitar isolar e extrair temas de um texto, de acordo com o problema pesquisado. Para essa fase e com o objetivo de garantir fidelidade à exploração e análise do material, recorreremos ao *software* Iramuteq®,⁶ particularmente à análise estatística denominada *Classificação Hierárquica Descendente (CHD)*, cujo objetivo consiste em apresentar as diferentes temáticas dentro de um grupo de texto comum, suas especificidades mais fortes e grupos que possuem menos associação entre si.

O tratamento dos resultados tem sido construído pela equipe de pesquisa a partir de reuniões, debates e análise coletiva do *corpus*.⁷ Neste artigo, a proposta consiste em apresentar os resultados parciais da pesquisa, tendo como recorte geográfico o contexto brasileiro e, como recorte temporal, do ano 2000 a 2019. Tais resultados serão tratados a partir de duas dimensões centrais e interligadas presentes na análise do mercado de trabalho do Serviço Social:

- a) sua determinação estrutural, vinculado à sociedade do capital, e configurado por transformações sociopolíticas e histórico-conjunturais;

⁵ A proposta inicial também consistia na investigação de artigos publicados nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), contudo a ausência de sua disponibilização em formato on-line até a edição de 2016, se apresenta como limite ao desenvolvimento da pesquisa. Assim, encontra-se em fase de desenvolvimento a seleção das produções publicadas no evento de 2018.

⁶ O recurso ao Iramuteq® possibilita a construção de análises estatísticas textuais, associando palavras e sentidos de palavras. Caracteriza-se como um *software* informatizado para análise de textos, que busca apreender a estrutura e a organização do discurso, informando as relações entre os mundos lexicais mais frequentemente comunicados (SANTOS *et al.*, 2017).

⁷ Conjunto de produções acadêmico-científicas a respeito do tema e selecionadas para o trabalho de pesquisa.

- b) suas manifestações objetivas, por meio das áreas de atuação, tipo(s) de contrato, vínculo(s) de trabalho, salário, carga horária de trabalho, índices de desemprego, dentre outros.

Ressalta-se que, para abordagem da segunda dimensão, recorreremos à caracterização das pesquisas a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil, bem como serão destacadas as características e as contradições inerentes ao próprio mercado de trabalho profissional.

Dimensão 1: determinações estruturais, transformações sociopolíticas, histórico-conjunturais e mercado de trabalho de assistentes sociais

A análise desta primeira dimensão nos permite admitir que os elementos estruturais e as transformações sociopolíticas e histórico-conjunturais se expressam no cotidiano do trabalhador, em suas condições laborais e na insegurança que passa a integrar o mundo do trabalho, devido aos crescentes processos de flexibilização, de precarização e de terceirização. Esse complexo de elementos irá caracterizar, para Antunes (2006), uma "nova morfologia do trabalho", "[...] com extração compulsiva do sobretrabalho que vai da China ao Brasil [...]" e marcada pela divisão sociossexual e racial do trabalho (ANTUNES, 2020, p. 11). Ela se expressa por meio de trabalhos análogos à escravidão, em uma era de desproletarização do trabalho industrial e fabril e de crescimento expressivo do assalariamento do setor de serviços. Ademais, a generalizada subproletarização do trabalho passa a se manifestar nas formas de trabalho precário, parcial, por tempo determinado ou por atividade, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal. Há a crescente incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho, além do trabalho infantil e migrante, associados pela degradação, pela desespecialização, pela polivalência e pela multifuncionalidade. Verifica-se ainda a precariedade do emprego e da remuneração, as cargas horárias excessivas e a intensificação do trabalho.

Nesses processos, também se observam pressões por parte da burguesia brasileira, por alterações normativas em relação à institucionalidade trabalhista, com o argumento de que a flexibilização do mercado de trabalho traria recuperação da economia sustentada por investimento e emprego (IPEA, 2020). Apoiada em uma nova configuração do Estado neoliberal como "[...] gestor dos negócios da burguesia" (DRUCK, 2011, p. 43), são aprovadas legislações que reduzem ou destroem direitos dos trabalhadores, congelam investimentos sociais e privilegiam o capital financeiro no orçamento da União (SILVA, 2019).

Associado à redução desses direitos e ao aumento do trabalho intelectual, é produzido um novo proletariado com a expansão dos serviços, que passa a ter diferentes contratos de trabalho e salário em uma mesma instituição, exercendo a mesma função. Elementos que inauguram, nos termos de Guerra (2010, p.718), uma "nova cultura do trabalho", que, além de uma reformulação do próprio conceito, visa fragilizar a organização dos trabalhadores e aprofundar o seu controle, em uma conjuntura de fortalecimento da estratégia de racionalização da economia que, associada ao recurso às tecnologias de informação e de comunicação, impõem metas, criam mecanismos de controle da produtividade e dos trabalhadores (ANTUNES, 2018).

Os impactos dessa conjuntura agravam as expressões da questão social que, dotada de dimensão estrutural, manifesta um caráter de classe específico, que constitui as relações sociais sob o domínio do capital (IAMAMOTO, 2009). Além disso, suas expressões se vinculam a essas transformações do trabalho, a um novo padrão de desemprego que assola a totalidade da força de trabalho e que se manifesta como indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo global, além da perda da proteção social da classe trabalhadora, destacando as suas resultantes expressas em situações de pobreza e de desigualdade.

Ao particularizar análises relativas ao mercado de trabalho do Serviço Social, reconhecemos, nessa primeira dimensão, que ele sofre os im-

pactos dessas condições estruturais e conjunturais, sendo subjacentes ainda à constatação da expansão precarizada dos serviços sociais entre os anos 1990 e os primeiros anos do século XXI, como “[...] estratégia de minimização dos efeitos da crise” (BOSCHETTI, 2011, p. 559), que se associa ao fenômeno da terceirização, além de também ser resultado do processo de descentralização/municipalização das políticas sociais.

Portanto, na esfera ocupacional, ao longo da década de 1990, ao mesmo tempo em que se verifica a expansão precarizada do mercado de trabalho profissional em função do incremento de uma rede socioassistencial cada vez mais municipalizada, por meio da criação de programas de atendimento à saúde, à infância, à adolescência, à terceira idade e ao sistema sociojurídico, dentre outros, observa-se também um rearranjo promovido pelas estratégias de privatização e de publicização que favoreceram a expansão do terceiro setor, resultando no desmonte de instituições tradicionais empregadoras de assistentes sociais e ampliando a inserção profissional em Organizações Não Governamentais, ao mesmo tempo em que é redefinida sua inserção na esfera privada, ainda que predomine o Estado como o principal empregador (MORAES, 2020).

Tais elementos nos permitiram elaborar a seguinte *questão norteadora*: quais são os impactos da crise estrutural do capital em uma era de reestruturação produtiva, de contrarreforma⁸ do Estado e das políticas sociais, no perfil do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina, no primeiro vicênio do século XXI?

Para a construção de investigações relativas a essa questão, é essencial reconhecer a segunda dimensão de análise adotada por este estudo e que constitui o mercado de trabalho do Serviço Social, por meio da qual ele se manifesta objetivamente.

Dimensão 2: características e expressões do

mercado de trabalho de assistentes sociais

Essa dimensão é tratada no âmbito do Gripes/UFF/CNPq a partir de expressões, tais como: áreas de atuação, tipos de contrato, vínculo(s) de trabalho, salário, carga horária de trabalho, índices de desemprego, dentre outros.

Para a sua abordagem, recorremos a recentes estudos que têm problematizado a nova morfologia do trabalho no Serviço Social (RAICHELLIS, 2018), sinalizando para precarização, insegurança e desproteção de assistentes sociais, expressas, dentre outros, nos processos de “[...] terceirização e quarteirização dos vínculos trabalhistas” (RAICHELLIS, 2013, p. 626) e na fragilização de sua relativa autonomia profissional, nos termos do projeto ético político (MORAES; GONÇALVES, 2020). Tais estudos apontam para o aumento da contratação de trabalhadores(as) por projetos temporários, para a desregulamentação do trabalho formal, para rebaixamentos salariais e para perdas de direitos trabalhistas, que geram, nas palavras de lamamoto (2014, p. 633, grifo da autora), a “*insegurança da vida dos profissionais*”, em virtude das dificuldades de emprego ou do trabalho de largo prazo, impactando diretamente em sua sobrevivência material e social.

A essa análise têm sido agregados estudos que reconhecem a não homogeneidade da classe trabalhadora e que avançam em interpretações a respeito da particularidade da exploração e da desvalorização do trabalho da mulher (CISNE, 2015), que corresponde, segundo o IBGE (2017), a oito milhões dos(as) trabalhadores(as) da educação, da saúde e dos serviços sociais, enquanto o quantitativo de homens não alcança os três milhões. Do conjunto dessas(es) trabalhadoras(es), 52,6% possuem o ensino superior completo, o que supostamente pode convergir, ainda que parcialmente, com a tendência apontada por Antunes (2018), de aumento do trabalho intelectual no setor de serviços.

⁸ “Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista [...]. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. Portanto, o reformismo [...] é um patrimônio da esquerda” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 149).

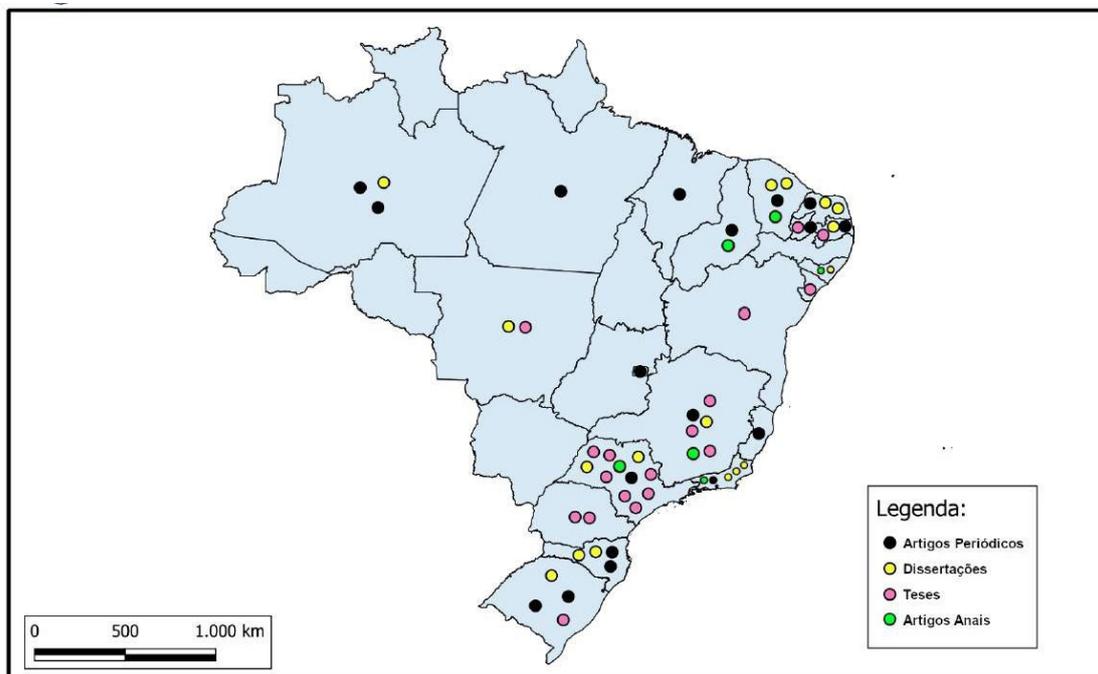
A identidade feminina é uma característica histórica no Serviço Social brasileiro e Argentino, além de também ser predominante na Europa e na América Latina, com índices superiores a 65% (DESLAURIERS; HURTUBISE, 2007). Além disso, segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e divulgada em 2022, é possível identificar que, de 176.524 profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) do Brasil e que responderam à pesquisa, 50,34% se autorreconhecem da cor/raça preta/negra/parda, enquanto os(as) auto-declarados(as) brancos(as), somam 46,98%. Em seguida, aparecem profissionais que autodeclararam raça/cor amarela (1,85%), indígenas (0,32%) e sem identificação específica (0,51%).

Essas mulheres, predominantemente negras, têm revelado, no corpo e na alma, situações de "sofrimento ético-político" (SAWAIA, 2014, p.97),

determinadas pelo modo de produção capitalista no contexto de crise estrutural do capital, pelo agravamento das expressões da questão social, da precarização do trabalho e da retração de recursos institucionais, o que tem determinado processos de adoecimento do trabalho (LOURENÇO, 2017).

Essas evidências têm sido objeto de preocupação de assistentes sociais latino-americanos(as) e de suas entidades organizativas. No Brasil, a pesquisa desenvolvida desde 2020, está em fase de conclusão do mapeamento e da construção de seu *corpus*, e seus resultados parciais, observados em termos geográficos na Figura 1, contribuem para a argumentação relativa à *segunda dimensão* de análise adotada por este estudo e que constitui o mercado de trabalho do Serviço Social

Figura 1 – Mapeamento de Pesquisas sobre o mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A análise preliminar do mapa aponta para centralidade das pesquisas desenvolvidas nas regiões Sudeste (23 pesquisas, sendo 11 em São Paulo); Nordeste (19 pesquisas, sendo cinco na Paraíba); e Sul (10 pesquisas, sendo quatro em Santa Catarina, e quatro no Rio Grande do Sul),

totalizando 52 estudos, o que corresponde a 81,2% do total de pesquisas mapeadas a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro.

Tais pesquisas foram desenvolvidas por 23 instituições de ensino superior, quais sejam: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (treze

pesquisas); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (seis pesquisas); Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (cinco pesquisas cada); Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Juiz de Fora (quatro pesquisas cada); Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal da Paraíba (três pesquisas cada); Universidade Estadual do Ceará, Universidade Nacional de Brasília, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Estadual Paulista e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (duas pesquisas cada). As demais (UNESP, UFMT, UNIP, UEPB, UFAM, UFPI, UFBA, IFCE, UNITAU) totalizaram uma pesquisa cada. Além dessas, verificaram-se pesquisas desenvolvidas por profissionais atuantes na Política de Assistência Social e de Saúde publicadas no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Dentre as instituições de ensino superior, verificaram-se pesquisas vinculadas à discentes de Pós-graduação da PUC-SP desenvolvidas em municípios do Sudeste, do Nordeste, do Sul e pesquisas vinculadas à PUC-RS, desenvolvidas em cidades do Sul e do Nordeste do país.

Ademais, identifica-se que 81,2% dessas produções foram publicadas entre 2010 e 2019. Das produções publicadas entre os anos 2000 e 2009, destacam-se as teses de doutorado, que representam 41,7% do total desse período.

Tais resultados preliminares imediatamente parecem apontar para duas questões principais:

- a) as regiões de maior abrangência dos Programas de Pós-Graduação vinculados à área de Serviço Social, no Brasil;
- b) a rarefeita produção a respeito de seu mercado de trabalho profissional, além de suas expressões preliminarmente identificadas.

Em relação aos Programas de Pós-Graduação,

o *Documento de Área 32: Serviço Social* aponta que "[...] o crescimento percentual dos Programas da área de Serviço Social, entre 1996 e 2016, foi próximo a 280% [...]" (BRASIL, 2019, p.5). Acrescenta que, em 2019, 55,6% do total de PPGs da área (36 PPGs) possuíam cursos de mestrado e doutorado, sendo três PPGs na região Norte (um com mestrado e doutorado); 12 na região Nordeste (cinco com mestrado e doutorado); 12 na região Sudeste (10 com mestrado e doutorado); seis, na região Sul (quatro com mestrado e doutorado); e três no Centro-Oeste (um com mestrado e doutorado) (BRASIL, 2019).

A maior concentração dos PPGs da área no Sudeste, Nordeste e Sul, que corresponde a 83,3% de seu total no Brasil, é um importante indicativo para o aprofundamento das análises a respeito das pesquisas relativas ao mercado de trabalho do Serviço Social no país. Além disso, aponta para:

- a) a necessidade de ampliação de convênios nacionais de cooperação acadêmica (a exemplo do Procad)⁹ entre PPGs dessas regiões com aqueles localizados no Norte e no Centro-Oeste (regiões com pouca ou nenhuma pesquisa a respeito do tema);
- b) fortalecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação de universidades públicas e confessionais (PUCs) inseridos nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, a partir de uma concepção de "comunidade de pesquisa" articulada e sustentada por valores que visam fortalecer a produção de conhecimentos pela área de Serviço Social no território brasileiro;
- c) maiores investimentos na criação de cursos de graduação e de pós-graduação em instituições públicas nessas regiões;
- d) construção de políticas de acolhimento e de permanência a discentes de outras localidades do país, que recorrem aos

⁹ O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) objetiva "Promover a formação de recursos humanos de alto nível, nas diversas áreas do conhecimento, através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração. Intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras, criando condições para a elevação geral da qualidade do ensino superior e da pós-graduação" (BRASIL, 2022). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/search?SearchableText=PROCAD>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PPGs consolidados da área, para se qualificarem, tendo que se deslocar e se instalar em regiões distantes de suas cidades de origem, dentre outros.

Em relação ao quantitativo restrito de produções, as investigações iniciais pressupunham tal evidência e, associadas à sua concentração no eixo Sul-Sudeste-Nordeste, também evidenciam outro elemento: em algumas regiões, os estudos foram publicados em formato de artigos científicos, sendo que 28% desses, embora atendessem aos critérios da pesquisa, adotaram a metodologia de estudo bibliográfico não sistemático e/ou estudo documental, o que pode apontar para a ausência de investigações de campo a respeito do mercado de trabalho profissional nessas localidades.

Além disso, verificou-se que, predominantemente, tais pesquisas se têm caracterizado pelo recurso à tradição marxista, pautadas em metodologias qualitativas, por meio de estudo de caso e de entrevistas de tipo semiestruturadas. Para o seu desenvolvimento, as(os) pesquisadoras(es) têm recorrido aos seguintes eixos de análise: crise do capital e suas estratégias de enfrentamento a partir dos anos de 1970, por meio da reestruturação produtiva, neoliberalismo, globalização/mundialização do capital e financeirização da economia.

Entre os subtemas que provocam reflexões a respeito das expressões do mercado de trabalho profissional, verificou-se o debate do cotidiano de trabalho, do trabalho, das condições de trabalho e das estratégias de trabalho adotadas pelas(os) assistentes sociais.

A análise dessas produções identifica a ausência de comunicação dessas pesquisas entre si, bem como a variedade de autores e a aparente descontinuidade dessas pesquisas pelas(os) mesmas(os) pesquisadoras(es), não se verificando mais de três produções relativas ao tema pelo(a) mesmo(a) autor(a). Tais elementos, a serem explorados pela equipe de pesquisa, podem contribuir para explicar a desagregação dessas produções, além da ausência significativa de revisão de literatura sistemática a respeito do tema.

Além desses dados e de suas interpretações preliminares, o estudo do *corpus* da pesquisa tem apontado para os seguintes elementos vinculados ao perfil do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil:

- a) a identificação histórica do Estado como maior empregador de assistentes sociais;
- b) a ampliação do mercado de trabalho profissional no primeiro vicênio do século XXI, tendo as políticas de assistência social e de saúde como os principais campos de atuação profissional;
- c) os municípios como principais entes empregadores de assistentes sociais, em função do processo de descentralização/municipalização das políticas sociais pós-Constituição Federal de 1988;
- d) a ampliação da precarização do mercado de trabalho, evidenciada nas condições de trabalho e por meio de vínculos instáveis e inseguros por dentro do Estado, particularmente nos serviços públicos municipais, com destaque para o crescimento da terceirização dos serviços, de contratos temporários, do pagamento por serviços prestados, além do trabalho voluntário;
- e) a verificação, em alguns municípios brasileiros, de equiparação entre trabalhadoras(es) com vínculos estáveis, por meio de concurso público, e trabalhadoras(es) inseridas(os) por meio de Recibo por Pagamento de Autônomo (RPA). Em algumas localidades, foi possível identificar quantitativo superior de trabalhadoras(es) com vínculos de trabalhos temporários em relação a assistentes sociais concursadas(os);
- f) o aviltamento dos salários, tendo predominado, entre as pesquisas, até três salários-mínimos;
- g) a predominância da carga horária de trabalho de 30 horas semanais, ainda que se tenham constatado variações que também a excedem, mesmo depois da Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010, Lei das 30 horas semanais, a exemplo

do Tribunal de Justiça e da educação superior;

- h) o duplo ou o pluriemprego determinado pelo aviltamento dos salários e a instabilidade no mercado de trabalho;
- i) a precarização do trabalho, a insegurança do vínculo e o agravamento das expressões da questão social tem sido variáveis indicadas como determinantes do processo de adoecimento de assistentes sociais nos últimos anos, havendo ênfase em processos de adoecimento psíquico das profissionais.

Todos os elementos apontados até aqui nos têm permitido a construção do seguinte *pressuposto*: o mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil, desde os anos 1990 até o primeiro vicênio do século XXI, tem sofrido processos de *expansão restringida*¹⁰ à *precarização do trabalho*, de suas condições e relações. Tal comportamento tem sido determinado por elementos estruturais e por uma conjuntura sociopolítica e econômica latino-americana, que assume particularidades no Brasil, marcada pela crise estrutural do capital, pelo neoliberalismo, pela reestruturação produtiva, pela globalização/mundialização do capital e pelas contrarreformas estatais e de políticas sociais.

Para a construção desse pressuposto, reconhecemos a precarização do trabalho como estratégia de dominação e que, para tanto, tem assumido novas dimensões e configurações, sustentadas pelo processo de financeirização da economia, que viabilizou, como nunca, a mundialização do capital (DRUCK, 2011, p. 42).

Segundo Moraes (2021), a precarização do trabalho e suas novas expressões devem ser pensadas a partir das recentes transformações do trabalho, na era do capitalismo flexível, como estratégia de enfrentamento à crise do capital. Expressa-se ainda, nos novos modelos de gestão, na precariedade salarial disseminada nos anos 2000, na telemática e na teleinformática, em novos ambientes de trabalho, pela uberização do

trabalho, pela precarização das políticas sociais estatais, pelas parcerias público-privadas e pelas organizações sociais.

Assim, mais do que o binômio *ampliação versus precarização* das condições de trabalho, analisado por Pereira (2012) e expresso na insegurança dos vínculos, na rotatividade dos postos de trabalho, no aviltamento dos salários e na flexibilização das jornadas de trabalho, *temos reconhecido que a ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais, no Brasil, tem sido restringida à precarização do trabalho*, em diferentes níveis, dimensões e configurações, a depender do campo de atuação, do vínculo de trabalho, do ente empregador e das condições para a realização do trabalho, dentre outros.

Considerações parciais

Este artigo objetivou apresentar resultados parciais da pesquisa sobre o mercado de trabalho do Serviço Social, tendo, como recorte geográfico, o contexto brasileiro e, como recorte temporal, o período de 2000 a 2019.

De forma geral, os resultados parciais apontam a centralidade das pesquisas desenvolvidas por Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil. Tais elementos, associados à constatação da interiorização da profissão no país (IAMAMOTO, 2021), evidenciam a necessidade de investimento em pesquisas relativas ao trabalho e ao mercado de trabalho profissional, a fim de identificar o seu perfil e as condições de inserção profissional e de permanência nos espaços ocupacionais públicos, privados e vinculados ao terceiro setor.

Nessa direção, destaca-se:

- a) a importância da atualização da pesquisa relativa ao perfil das assistentes sociais do Brasil, cujos resultados foram apresentados no segundo semestre de 2022;
- b) a necessidade de investimento e ampliação de convênios nacionais de coo-

¹⁰ A opção pelo termo *restringida* não é casual, mas implica uma ideia de movimento, de continuidade e de dinamicidade, o que dialoga com as análises propostas por este projeto.

peração acadêmica entre PPGs consolidados da área, com aqueles localizados no Norte e no Centro-Oeste brasileiros;

- c) o fortalecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação de universidades públicas e confessionais (PUCs) inseridos nas regiões Norte e Centro-Oeste do país;
- d) maiores investimentos na criação de cursos de graduação e pós-graduação em instituições públicas nessas regiões;
- e) construção de políticas de acolhimento e de permanência a discentes de outras localidades do país que recorrem aos PPGs consolidados da área e localizados no Sudeste e no Sul do Brasil.

Além disso, é relevante investir na concepção de "comunidade de pesquisa", articulada e sustentada por valores que visam fortalecer a produção de conhecimentos pela área de Serviço Social no território brasileiro, no sentido de valorizar as pesquisas existentes, articular e problematizar a análise de seus resultados e enfrentar a desagregação nelas presente, ampliando a socialização dos conhecimentos produzidos para além de relatórios de pesquisa restritos a suas equipes de pesquisadores(as).

A título de conclusão parcial, reafirma-se o pressuposto da pesquisa, *de ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais, no Brasil, no primeiro vicênio do século XXI, restringida à precarização do trabalho*, e ressalta-se que a precarização do mercado de trabalho profissional é uma das categorias mais citadas pelo *corpus* da pesquisa, apontando para elementos que a diferenciam nos últimos anos e que, como estratégia de dominação, não se dissocia das transformações sócio-políticas e histórico-conjunturais impressas na sociedade capitalista e abordadas na primeira dimensão descrita no artigo.

Além dessas, é preciso reconhecer a necessidade de investigar, em futuros estudos, as recentes particularidades da política brasileira, inspiradas em movimento internacional desen-

cadeado nos anos 1980, que fortaleceram uma corrente de pensamento, de ações e de condutas identificadas como "Nova direita", que articula ideários neoliberais com valores conservadores (PEREIRA, 2020), impactando as políticas sociais (na lógica do direito social universal), a configuração dos serviços sociais e, mais particularmente, o mercado de trabalho de assistentes sociais. Nesse interim, além de estudar o comportamento do mercado de trabalho profissional, torna-se urgente, investigar o desemprego na área de Serviço Social.

Por fim, torna-se relevante destacar que as escolhas metodológicas assumidas por esta proposta,¹¹ pautadas na validade científica da pesquisa, ao mesmo tempo em que contribuem para a ampliação de conhecimentos relativos ao tema, manifestam alguns limites, visto serem as teses e as dissertações os produtos das pesquisas de discentes de pós-graduação *stricto sensu*, além dos periódicos serem os principais espaços recorridos pelos PPGs para divulgação e socialização de conhecimentos. Nesse sentido, admitimos a importância de outras aproximações com anais das demais edições do CBAS e os anais dos ENPESS, considerando o recorte temporal da pesquisa, ainda que tais investimentos demandem a revisão e o cuidado com os critérios de seleção do material.

Contudo, ressalta-se a indisponibilidade virtual das demais edições do CBAS e de todas as edições do ENPESS até o ano de 2016, bem como verificou-se, ao longo da primeira etapa da pesquisa – etapa de seleção de seu *corpus* –, produções a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil em formato de livro, com acesso restrito, particularmente, por meio de editoras acadêmicas que não mais disponibilizam exemplares para venda.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio para o desenvolvimento da pesquisa, por meio da

¹¹ Conforme descrito na introdução, tais escolhas envolveram a seleção de dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos de periódicos conceituados entre A1 e B2, além dos Anais dos CBAS disponíveis on-line.

Bolsa de Produtividade em Pesquisa e a bolsa de iniciação científica;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo apoio para o desenvolvimento da pesquisa, por meio da bolsa de iniciação científica;

À Profa. Dra. Alessandra Genú Pacheco (SSC/UFF) e a discente de iniciação científica Késsia Ramos Ferreira, pelas relevantes contribuições com a análise e o desenvolvimento da pesquisa.

Referências

- ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, [S. l.], ano XVIII, n. 34, jan./dez. 2015.
- ABEPSS. Projeto ABEPSS itinerante: as Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS nov. 2011.
- ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS nov. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: 70, 2011. 229 p.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOSCHETTI, I. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.
- BRASIL. *Datasus/Cnes*, [S. l.], 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/profocbr.def>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamenta a profissão de assistente social. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de Área. Área 32: Serviço Social*. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CFESS. *PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília (DF): CFESS, 2022. 144 p.
- DESLAURIERS, J. P.; HURTUBISE, Y. *El trabajo social internacional: elementos de comparación*. 1. ed. Buenos Aires: Lumen, 2007.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, jan./dez. 2011.
- EM DEFESA das vidas negras. *CFESS*, [S. l.], 25 jul. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1734>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- GUERRA, Y. A. D. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 715-736, jan./dez. 2010.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: *CFESS. Diálogos do Cotidiano - Assistente Social. Reflexões sobre o cotidiano profissional. Caderno 1*. Brasília (DF): CFESS, 2021, p. 16-48. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad): assistentes sociais e economistas domésticos, notas técnicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília (DF): IPEA, 2020. v. 1.
- LOURENÇO, E. A. S. Trabalho e saúde das assistentes sociais da área da saúde. *Temporalis*, Brasília, n. 34, p. 355-381, jul./dez. 2017.
- MARTINS, V.; MORAES, C. *Perfil do Mercado de Trabalho do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense*. Relatório de pesquisa. Campos dos Goytacazes: UFF, 2020. 83 f.
- MOLEDDDA, M.; GIANNA, S.; DI NAPOLI, C. *Trabajo social y espacios ocupacionales: derechos, procesos y prácticas profesionales*. 1. ed. La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2019. 232 p.
- MORAES, C. A. S.; GONÇALVES, C. M. Contribuições para o debate da relativa autonomia do Serviço Social a partir da formação profissional. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 131-145, 2020.
- PEREIRA, P. A. P. A política social entre Deus e o Diabo: determinações e funcionalidades no sistema capitalista. In: MORAES, C. A. S.; SENNA, M. C. M.; FREITAS, R. C. S. (org.). *Política Social no Brasil: trajetórias, sujeitos e institucionalidades*. Curitiba: CRV, 2020, p. 33-50.

PEREIRA, R. M. *A expansão do mercado de trabalho do assistente social x precarização no exercício profissional no SUAS em Natal/RN: uma análise das condições e relações de trabalho*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R. *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

SAWAIA, B. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 97-118.

Carlos Antonio de Souza Moraes

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, SP, Brasil; mestre em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil; Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil e em Niterói, RJ, Brasil.

Luam França de Azevedo

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Laísa Cunha da Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência:

Carlos Antonio de Souza Moraes
Universidade Federal Fluminense
R. José do Patrocínio, 71, sala B 109
Centro, 28010-385
Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.